

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



Montenegro Cidade das Artes

PARECER JURÍDICO

Trata-se de projeto de lei que visa estabelecer o vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do Município de Montenegro.

A mensagem justificativa informa o seguinte:

A concessão do piso salarial profissional nacional aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias atende ao disposto no § 9º do artigo 198 da Constituição da República Federativa do Brasil, introduzido pela Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, e, regulamentado pela Portaria GM/MS nº 2.109, de 30 de junho de 2022.

Em anexo, apresentamos os relatórios estimados de impacto orçamentário e financeiro, comprovando a possibilidade da presente concessão.

Relatei.

É de iniciativa privativa do Prefeito Municipal a lei que aumenta remuneração dos servidores, conforme art. 61, § 1°, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal. No caso do projeto em exame, resta atendida a premissa constitucional.

A alteração do valor do piso para os agentes acima indicados havia sido realizada em março de 2023. Porém, o salário mínimo nacional foi alterado no mês de maio de 2023 e, por tal motivo, a necessidade da alteração do piso da categoria.

O pagamento que origina o aumento de remuneração do servidor deve, ainda, observar o disposto no art. 169 da Constituição Federal, especialmente

¹ "Art. 61. [...] § 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: [...] II disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; [...]"



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



Montenegro Cidade das Artes

contar com "<u>prévia dotação orçamentária</u> suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes" e "<u>autorização específica na</u> <u>lei de diretrizes orçamentárias</u>".²

As exigências tais foram cumpridas pelo autor do presente Projeto de Lei Complementar. O Cálculo do impacto orçamentário/financeiro está juntado à fl. 54 dos autos do processo administrativo:

	ALTE	-naç	MO DE OME										E 003103		AGE							_	
		Ren	muneração									Su	ıb-total	Encargos	1					Si	ub-total		Total
Categoria		Salário		anuênios	13º salário		1/3 férias		Vale Alim.		insalub.	remuner.		FAP	FAS	INSS		FGTS		encargos			Geral
			1º ano						_	0 dias													
		R\$	252,00		R\$	36,00	R\$	12,00	R\$	-	R\$ -	R\$	300,00	R\$ -	R\$ -	R\$	68,70	R\$	24,00	R\$	92,70	R\$	392
R\$	36,00	-	2º ano																				
		R\$	453,60	R\$ -	R\$	37,80	R\$	12,60	R\$	-	R\$ -	R\$	504,00	R\$ -	R\$ -	R\$	115,42	R\$	39,31	R\$	154,73	R\$	658
			3º ano																				
		R\$	476,28	R\$ -	R\$	39,69	R\$	13,23	R\$	-	R\$ -	R\$	529,20	R\$ -	R\$ -	R\$	121,19	R\$	41,28	R\$	162,46	R\$	691
ub-to	tais																						
otal									R\$			RS	1.333,20							R\$	409,89	R\$	1.743
G	irau de Ir	nsalub	bridade	0%						DE MESES			7]	•								
G	irau de Ir	nsalub	bridade	0%				CUSTO	O NO S	PRIMEIRO BEGUNDO TERCEITO	ANO	R	7 \$ 30.630,60 \$ 51.380,78 \$ 53.949,82										
G			bridade D SALARIAL	78	AGEN'	TE COMU	JNITÁF	CUSTO	O NO F	PRIMEIRO SEGUNDO TERCEITO	ANO	R	\$ 51.380,78	R\$		15	5.961,21	1					
G	ALTERA	AÇÃO		78				CUSTO	O NO F	PRIMEIRO SEGUNDO TERCEITO	ANO ANO ANO	R	\$ 51.380,78 \$ 53.949,82				95.961,21 10.630.60	<u> </u>					
	ALTER/	AÇÃO RAÇÃO	O SALARIAL O SALARIO	78 78				CUSTO CUSTO CUSTO RIO DE SA	O NO FO NO TO NO T	PRIMEIRO SEGUNDO FERCEITO GENTE D	ANO ANO ANO E ENDEMIAS 2023 ANO	R	\$ 51.380,78 \$ 53.949,82 =	R\$			0.630,60						
	ALTER/	AÇÃO RAÇÃO) SALARIAL	78 78				CUSTO CUSTO CUSTO RIO DE SA	O NO FO NO TO NO T	PRIMEIRO SEGUNDO FERCEITO GENTE D	ANO ANO ANO E ENDEMIAS	R	\$ 51.380,78 \$ 53.949,82 =	R\$	a e um r		0.630,60	l I	ntavos]	
	ALTER/	AÇÃO RAÇÃO	O SALARIAL O SALARIO A DE GAS	78 78				CUSTO CUSTO CUSTO RIO DE SA	O NO FO NO TO NO T	PRIMEIRO SEGUNDO FERCEITO GENTE D	ANO ANO ANO E ENDEMIAS 2023 ANO	R	\$ 51.380,78 \$ 53.949,82 =	R\$	a e um r		0.630,60	l Im ce	entavos]	
	ALTER, ALTER	AÇÃO RAÇÃO	O SALARIAL O SALARIO A DE GAS	78 78				CUSTO CUSTO CUSTO RIO DE SA	O NO FO NO TO NO T	PRIMEIRO SEGUNDO FERCEITO GENTE D	ANO ANO ANO E ENDEMIAS 2023 ANO	R	\$ 51.380,78 \$ 53.949,82 =	R\$	a e um r		0.630,60		entavos	12	06/2023]	

A Declaração do Ordenador de Despesas vem firmado pelo Chefe do Poder Executivo:

² "Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

^{§ 1}º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



Montenegro Cidade das Artes

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA LRF Art. 16 inciso II

Gustavo Zanatta, Prefeito Municipal de Montenegro no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, para estabelecer o Piso Salarial Profissional Nacional para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do Município de Montenegro – RS. DECLARO existir recursos orçamentários para a execução das despesas decorrentes do aumento proposto.

Declaro, que a execução da despesa acima referida não contraria nenhum dispositivo legal, notadamente da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos do art. 17, § 5º da LRF, declaro, também, que nenhuma das ações previstas será executada antes da adequação orçamentária requerida.

Montenegro, 13 de junho de 2023.

Gustavo Zanatta – Prefeito Municipal

Diante disso, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Montenegro/RS, 16 de junho de 2023.

Adriano Bergamo

Consultor Jurídico - OAB/RS 65.961